



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos doze dias de maio**  
2 **de dois mil e dez.** Estiveram presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1. Movimentos**  
3 **Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. Joao Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sr. Waldomiro Aprille  
4 Junior; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra. Izabel de Oliveira Pereira, Sra. Leonilda  
5 Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Ivone Crescêncio da Silva  
6 Mendonça, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria Gil de Andrade, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José  
7 Marta da Costa; **I.4. Associação de Portadores de Patologias:** Sra. Érica da Silva Vitorino; **I.5. Movimentos**  
8 **Sindicais:** Sr. Adilson Momente; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a.**  
9 **Rede:** Sra. Francisca Francilete da Silva, Sr. João das Graças Silva; **b. VISA:** Sra. Eloísa de Israel Macedo; **c.**  
10 **Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sr. Antônio Facin, Sra. Wilma Rosendo da Silva;  
11 **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos; **II.3. Entidade de Prestadores de Serviços de**  
12 **Saúde Privados:** Sr. José Augusto de Souza; **II.4. Trabalhadores Estaduais de Saúde:** Sr. Luís Cláudio Pinto da  
13 Penha; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. José Francisco Kerr Saraiva, Sra. Maria Cecília  
14 Brandt Piovesan, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sr. Salvador Affonso F. Pinheiro; **III.2. Hospitais**  
15 **Universitários:** Sr. Edson Bueno, Sr. Edilson Baqueiro; **III.3. Prestadores de Serviço em Saúde – SUS:** Sr. Simão  
16 Raskin; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I. Usuários: I.1. Movimentos Sociais:** Sra. Neli de Oliveira  
17 Rossi; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sr. Lúcio Rodrigues, Sr. Armando Bota; **I.3. Conselhos Locais de**  
18 **Saúde:** Sra. Francisca Maria Bezerra Lourenço, Sra. Teresita del Niño Jesus de La Nuez Quintana; **II.**  
19 **Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Hospitais e/ou Prontos-**  
20 **Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sra. Neuza Aparecida Cardoso Carvalho; **II.2. Entidade de Prestadores**  
21 **de Serviços de Saúde Privados:** Sra. Tereza Maria Teixeira de Oliveira; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal**  
22 **de Saúde:** Sra. Sílvia Aparecida Maria Lutaif Dolci Carmona. O Sr. André Ribeiro iniciou a reunião, às 18 horas e  
23 45 minutos, dando as boas vindas a todos os participantes. O Sr. Trombetta solicitou uma questão de ordem,  
24 pedindo um posicionamento do presidente do CMS, Sr. Pedro Humberto, acerca da situação da funcionária  
25 Maria Ivonilde, alegando que a mesma tem trabalhado na Secretaria Executiva, sendo conselheira municipal.  
26 Questionou se a mesma encaminhou um pedido de desligamento do CMS. O Sr. André realizou a leitura da  
27 pauta, sendo: **I. Informes; II. Votação da Ata de 14 de abril de 2010; III. Continuação da discussão da pauta**  
28 **não finalizada na reunião ordinária de 28 de abril de 2010; IV. Apresentação e discussão da Prestação de**  
29 **Contas do Plano de Ação e Metas 2009 do Conselho Municipal de Saúde, a ser realizada pela Sra. Maria**  
30 **Ivonilde.** O Sr. Pedro Humberto respondeu, sobre a questão levantada pelo Sr. Trombetta, que a conselheira  
31 suplente Sra. Maria Ivonilde, entregou no dia 30 de março, seu pedido de afastamento, sendo aguardada a  
32 resposta às consultas jurídicas solicitadas ao Conselho Estadual de Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde e  
33 parecer jurídico da SMS para a oficialização. Informou que a mesma é funcionária indicada pela Secretaria  
34 Municipal de Saúde para trabalhar na Secretaria Executiva do CMS. Nos informes, o Sr. José Carlos falou sobre  
35 a reunião da Intersetorial Noroeste, a realizar-se no dia 26 de maio, das 09 às 11:30; informou sobre o I  
36 Simpósio Nacional de Saúde da População Negra e com HIV/AIDS, a realizar-se nos dias 20 e 21; sobre a 71ª  
37 Semana de Enfermagem, a realizar-se no dia 20 de maio; sobre a Assembléia do Orçamento Participativo, a  
38 realizar-se no dia 13 de maio; sobre a 1ª Plenária Preparatória para a 9ª Conferência Municipal de Saúde, a  
39 realizar-se no dia 29 de maio, no Colégio Dom Barreto, das 09 às 17 horas. Após, realizou a leitura de uma  
40 homenagem aos trabalhadores de Enfermagem. O Sr. Trombetta informou sobre o recebimento de  
41 documentação do Ministério Público Federal, da representação criminal acerca o convênio entre a Prefeitura  
42 Municipal de Saúde e a UNIFESP/SPDM. O Sr. Fernando convidou os conselheiros para o ato, a ser realizado no  
43 dia 22 de maio, em defesa do Complexo Hospitalar Ouro Verde público. O Sr. Pedro, residente da UNICAMP,  
44 falou sobre a reportagem do jornal Correio Popular sobre a terceirização da Saúde. Em relação à pauta: **II.**  
45 **Votação da Ata de 14 de abril de 2010**, sem nenhuma observação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA** a  
46 referida ata, com 05 (cinco) abstenções. O Sr. Lúcio solicitou uma questão de ordem, questionando os  
47 conselheiros habilitados a votar. O Sr. Júlio acatou a questão de ordem, realizando a leitura dos nomes dos  
48 conselheiros habilitados a votar. Após, na pauta: **III. Continuação da discussão da pauta não finalizada na**  
49 **reunião ordinária de 28 de abril de 2010**, o Sr. Trombetta sugeriu que o pleno decidisse pela votação da  
50 municipalização ou não da gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde, sendo que não há mais o que discutir,  
51 segundo ele. Sr. Lúcio afirmou que na reunião passada, ocorreu o início da discussão sobre a gestão da saúde.  
52 Segundo ele, o SUS pode possuir parceria privada, porém apenas na prestação de serviços. Apontou não  
53 concordar com a gestão terceirizada. Realizou a leitura do relatório da 7ª Conferência Municipal de Saúde, o  
54 tópico acerca a gestão dos serviços de saúde. Falou sobre a reportagem do Correio Popular. O Sr. Nilton  
55 apontou achar estranho o fato dos conselheiros municipais de saúde não se pronunciarem. Falou sobre o



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



56 controle social e sobre o papel do Conselho Municipal de Saúde e da Conferência Municipal de Saúde. Realizou  
57 a leitura da carta distribuída para os conselheiros. Afirmou que o CMS não é somente para a fiscalização e sim,  
58 para elaborar políticas públicas de saúde. Afirmou que, conforme o Regimento Interno faz parte das  
59 atribuições do CMS, de acordo com o artigo 2º, item I, a formulação de políticas públicas de acordo com as  
60 definições da Conferência Municipal de Saúde. Falou que o conselheiro deve discutir ou aprovar pautas que  
61 estão em acordo com as Conferências Municipais de Saúde, sendo soberanas e democráticas. Falou sobre a  
62 falta de transparência na condução deste processo. Informou sobre a requisição do Sindicato dos Médicos dos  
63 documentos sobre o convênio da SMS com a UNIFESP/SPDM, a qual fora negada. A Sra. Márcia Molina realizou  
64 a leitura da carta distribuída aos conselheiros municipais de saúde e convidados. Discorreu sobre a história de  
65 Campinas na construção do SUS e afirmou que aqueles que assinaram a carta, comprometeram-se a assessorar  
66 o Conselho Municipal de Saúde na implantação da gestão pública do Complexo Hospitalar Ouro Verde. O Sr.  
67 Bruno falou ser imprescindível o CMS pensar para frente. Afirmou não ser a intenção discutir o mérito do que  
68 foi feito em relação à gestão do CHOV ou dos feitos realizados. Afirmou ser intenção a discussão do futuro do  
69 CHOV e da gestão pública de saúde de Campinas e do Brasil. Solicitou que o CMS delibere contra a abertura da  
70 licitação da gestão do CHOV, pois não há interesse que qualquer instituição privada assumira o CHOV. Afirmou  
71 que a SPDM não poderia entrar na licitação devido a dividendos relacionados a outros hospitais gerenciados  
72 pela mesma. Falou que no cadastro nacional de estabelecimentos de saúde, os trabalhadores do CHOV da  
73 SPDM estão registrados como trabalhadores de uma OS. Afirmou o interesse na gestão pública do CHOV. O Dr.  
74 Saraiva deixou clara a importância da presente discussão. Falou sobre o momento de maturidade para a  
75 discussão e sobre a construção de saídas para a gestão pública. Argumentou que todos os presentes  
76 encontram-se com o mesmo objetivo, buscando saídas para uma cidade com mais de um milhão de habitantes.  
77 Afirmou que a discussão também fora o principal foco de debate no COSEMS. Afirmou que a discussão é  
78 instrumento para pautar a construção do SUS e este é ser um momento crítico, sem dúvidas. Explicou que o  
79 SUS carece de financiamento e a responsabilidade financeira cada vez recai sobre o município, onde o Estado  
80 se exime de responsabilidades e, muitas vezes, com gestão focada ao seu próprio, sem a construção do debate  
81 ou do controle social. Falou sobre a Conferência Estadual de Saúde Mental, que não teve a sua etapa realizada.  
82 Questionou o fato do encaminhamento ao debate nacional sem a construção do debate estadual, por uma  
83 decisão única e antidemocrática. Falou sobre a necessidade da busca de elementos para a construção do futuro  
84 do SUS. Recordou que, quando há dois anos, o CHOV fora construído, com recursos do governo Federal,  
85 ocorreu à necessidade de uma decisão rápida para a abertura do hospital. Existe a necessidade de ampliar a  
86 oferta de atendimento em prontos-socorros. Para a abertura do hospital, o município financiou com recursos  
87 próprios a finalização do hospital e a gestão em parceria, para possibilitar a abertura do mesmo. Falou que se  
88 fosse realizado concurso público, seria inviável a abertura, pois existia a pendência do Plano de Cargos e  
89 Salários por quase quatro anos, o que impossibilitaria o concurso público. Falou que, na ocasião, fora ao  
90 gabinete do reitor da UNIFESP, o qual esteve em Campinas, para a discussão da gestão do hospital. Explicou  
91 que a SPDM é o braço operativo da Universidade. Apontou não ser a pauta a discussão dos problemas da SPDM  
92 com outras instituições. Falou sobre a viabilização da residência médica no hospital. Tendo em vista os  
93 problemas de gestão, o CMS votou favorável à SPDM, com o compromisso da avaliação a cada seis meses.  
94 Explicou que a gestão do CHOV é compartilhada, onde o superintendente é servidor de carreira e com a  
95 presença de quatro co-gestores, todos servidores municipais. Afirmou que, a fim de verificar modelos de  
96 gestão de reabilitação, fora visitado o Hospital Sarah Kubitschek, considerado um dos grandes centros de  
97 reabilitação no Brasil, sendo gerido com recursos do SUS. Exemplificou sobre a crise de berçários ocorrida no  
98 começo do ano, pois o berçário da UNICAMP fechou-se por questões de infecções, sendo remanejados  
99 funcionários do CHOV para o berçário, aumentando a oferta destes leitos de berçário. Falou ainda sobre a crise  
100 de leitos de UTI adulto, sendo pedida a priorização destes leitos, o que fora atendida pela SPDM. Falou sobre o  
101 fortalecimento da gestão do Pronto Atendimento, sendo redirecionada a gestão. Falou sobre a abertura da  
102 enfermaria de Psiquiatria no hospital. Falou que todas essas ações não estavam no cronograma lógico, porém  
103 foram possíveis devido à presença da gestão pública no hospital. Falou sobre questões que não serão  
104 descobertas, como a mudança dos módulos em centros de saúde, sendo prioridade a entrega de novas  
105 unidades que não finalizaram por problemas com construtoras. Falou sobre os recursos para a construção de  
106 novas unidades. Afirmou que a SMS não abre mão de qualquer trabalho que possa ser compartilhado com o  
107 conveniado na atenção básica, sendo todos os esforços que estão sendo realizados para a realização de  
108 concurso público e contratação de profissionais, como médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem,  
109 como ocorrera com o último processo seletivo público de agentes de saúde, devido às amarras da Lei de  
110 Responsabilidade Fiscal. Afirmou ser impossível gerenciar a assistência de saúde sem a parceria de

111 conveniados. Explicou que as parcerias foram realizadas de tal forma, que o Ministério Público colocou-se para  
112 discutir a questão do Serviço em Saúde “Dr. Cândido Ferreira”, sendo que, as vésperas da readequação do  
113 Termo de Conduta, a SMS deve pensar como alocar os mil funcionários alocados em unidades de saúde,  
114 comprometidos à construção do SUS. Questionou como deve-se atender o Ministério Público, sendo que fora  
115 feito estudos que apontaram que, ao “absorver” esses funcionários, o município ficaria no limite da Lei de  
116 Responsabilidade Fiscal. Falou sobre a necessidade de levar esse diálogo à Brasília, pois o SUS não deve ser  
117 limitado pela referida lei. Afirmou que discutiu a questão com o prefeito, sendo natural a preocupação de  
118 todos os presentes, sendo discutidos os cenários de gestão pública, de gestão compartilhada ou de licitação.  
119 Explicou que a ação de compra de serviços é prática antiga, pois a SMS compra serviços da Clínica Raskin e da  
120 Beneficência Portuguesa há tempos, e deixaram de comprar serviços do Sabin devido às queixas dos usuários.  
121 Falou sobre os problemas do Pronto Socorro Suleste e da construção do centro de especialidades. Afirmou não  
122 se tratar de terceirização, é sim na gestão compartilhada do convênio. Afirmou que a proposta da SMS é  
123 realizar o processo seletivo público para a construção da gestão compartilhada. O Sr. Lúcio solicitou questão de  
124 ordem, questionando se todos os presentes teriam direito à voz. O Sr. Júlio César explicou que, conforme o  
125 Regimento Interno, os conselheiros municipais de saúde têm a prioridade na inscrição, sendo formados dois  
126 blocos. O Sr. Mendes perguntou se o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti de Saúde, sendo uma autarquia com  
127 mil e setecentos funcionários, não poderia contratar os funcionários do Complexo Hospitalar Ouro Verde.  
128 Apontou ainda que, ao término de cada convênio, existe a questão da desassistência, o que não aconteceria se  
129 fosse outra forma de gestão. A Sra. Izabel apontou que os funcionários da SPDM deveriam ter participado de  
130 outras reuniões. Questionou sobre o problema da Saúde Mental, onde relatou o que ocorreu na Conferência  
131 Estadual de Saúde Mental, o que não ajuda a concretizar o SUS. Sobre a UNIFESP, diz que os usuários  
132 aprovaram, devido à coação, onde teve a presença de um ônibus para pedir para os conselheiros municipais de  
133 saúde votar SIM. Falou que no dia da reunião, fora chamada a Comissão da Secretaria Executiva junto com o  
134 Departamento Jurídico, onde o secretário municipal de saúde, Dr. Saraiva, afirmou que o convênio era com a  
135 UNIFESP. Afirmou que os usuários tinham esperança, mesmo com o envolvimento de partidos políticos, e que,  
136 após seis meses de convênio deveria ter sido implantada a segunda fase do convênio, sendo que existem  
137 poucos leitos funcionando. A Sra. Wilma lamentou os fatos que vem ocorrendo e que gostaria que CHOV  
138 funcionasse como o HMMG. Afirmou existir gestores competentes para gerenciar o CHOV nos mesmos moldes  
139 do HMMG. Falou que muitos discordam da visão que o CHOV vem melhorando, pois os leitos não estão  
140 funcionando. Afirmou que a minuta entregue aos conselheiros não é a mesma que fora assinada. Quanto à Lei  
141 de Responsabilidade Fiscal, afirmou que o HMMG tinha funcionários contratados pelo processo seletivo, e  
142 questionou se haveria impacto, pois todos estes contratos foram encerrados, sendo em mesmo número que os  
143 funcionários chamados pelo concurso público aberto. Questionou as razões que, mesmo que com o concurso  
144 público aberto, ainda continuam sendo contratados funcionários pelo Serviço em Saúde “Dr. Cândido Ferreira”.  
145 Afirmou que em um determinado dia, ao verificar o estado do Pronto Socorro do HMMG, lotado de pacientes,  
146 foi informado pela enfermeira que o hospital estaria com dificuldades em transferir pacientes para o CHOV.  
147 Apontou que o CHOV não aceita pacientes, de acordo com o seu diagnóstico. Falou que o modelo de gestão do  
148 HMMG é defendido para o CHOV, sendo esse uma parceria com o hospital municipal. A Sra. Graça pediu  
149 respeito ao pleno e que a mesa conduzisse a votação e que o Conselho Municipal de Saúde aprove uma  
150 comissão técnica para viabilizar a gestão pública e o SUS de Campinas, com a participação de conselheiros, de  
151 sanitaristas e entidades. A Sra. Maria de Lourdes afirmou que os conselheiros municipais de saúde são  
152 legítimos, representantes dos segmentos. Falou sobre o cuidado com as discussões e decisões no Conselho  
153 Municipal de Saúde, a fim de garantir a construção do SUS. Argumentou que o papel do Conselho é  
154 encaminhar essa discussão à Brasília, garantindo a viabilização da Saúde Pública. O Sr. Bruno esclareceu que  
155 ninguém propõe que o Hospital feche e sim, que exista uma transição do modelo de gestão atual para a  
156 municipalização da gestão. Solicitou o encaminhamento de um compromisso para com os trabalhadores  
157 contratados do CHOV, para que não sejam sumariamente demitidos. Solicitou que o CMS questione o  
158 Ministério Público quanto à limitação de contratação que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe. O Dr. Saraiva  
159 afirmou que respeita o Regimento Interno do CMS, sendo que em muitas reuniões esteve presente, mesmo  
160 com falta registrada, pois não conseguira assinar a lista de presença a tempo, por razões de reuniões que  
161 diziam respeito à gestão. Explicou que o HMMG é uma autarquia impactando diretamente na Lei de  
162 Responsabilidade Fiscal pela legislação vigente. Já foram pensadas, várias vezes, a realização de concurso pela  
163 autarquia para realizar a gestão, como a do Pronto Atendimento Campo Grande, onde 90% do quadro de  
164 recursos humanos são contratados pelo Serviço em Saúde “Dr. Cândido Ferreira”. Falou não ter o desespero  
165 em partir para a seleção pública, devido à possibilidade de prorrogar o convênio vigente, para possibilitar a



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



166 finalização do debate. Falou que o modelo de gestão do município de São Paulo, a qual não possui um corpo  
167 dentro do SUS, possuindo muitos contratos, em atenção primária, média e alta complexidade, onde o  
168 município apenas repassa recursos e o plano de metas. Afirmou que a SMS entende que esse não é o caminho  
169 desejado para Campinas. Em relação à questão comentada sobre o convênio, de acordo com o corpo do  
170 convênio, consta que fora firmado com a UNIFESP e com a interveniente SPDM, pois a mesma é o braço  
171 operacional da universidade. Apontou que não discutiria os problemas de gestão da SPDM em outros serviços.  
172 Porém, lembrou que a SPDM é anterior à UNIFESP. Explicou sobre a regulação médica no município. Afirmou  
173 que o CHOV nasceu com a intenção de cuidado de traumas e reabilitação. Diz que está sendo negociado com a  
174 Polícia Militar o uso do helicóptero “Águia” para o atendimento à emergência de politraumatizados. A  
175 regulação médica tem o papel de encaminhar o paciente para o serviço adequado. Sobre a época da votação,  
176 afirmou que existiam interesses políticos, sendo os mesmos parte da democracia. Porém, é papel de todos, a  
177 defesa do SUS. Afirmou que dois terços da verba do convênio do CHOV são de origem municipal. Falou que o  
178 repasse do estado é muito pequeno. Explicou que a porta do Pronto Socorro do CHOV atende quinhentos  
179 pacientes por dia. Afirmou que foram interrompidas as contratações pelo Serviço em Saúde “Dr. Cândido  
180 Ferreira”, a não ser voltadas para a Saúde Mental. Afirmou ser a favor da municipalização, até porque o CHOV  
181 é municipal. Colocou-se a favor do concurso e contrário ao servidor que usa a estabilidade para se amarrar no  
182 emprego. Afirmou que consultou os pensadores do SUS sobre a questão da gestão da Saúde, onde houve uma  
183 opinião de que uma saída era a gestão compartilhada. Apontou acreditar ser necessária a discussão e a criação  
184 da Comissão. O Sr. Júlio César questionou o pleno sobre a abertura do terceiro bloco de falas, de acordo com o  
185 Regimento Interno. Em processo de votação, o Conselho Municipal de Saúde **NÃO APROVOU** a abertura do  
186 terceiro bloco de falas, por 13 (treze) votos contrários e 10 (dez) votos favoráveis. O Sr. André Ribeiro  
187 questionou sobre a formulação da proposta para a votação. A Sra. Graça explicou que deve-se votar a  
188 municipalização da gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde e a criação de uma comissão técnica para  
189 estudos da municipalização da mesma. O Dr. Saraiva esclareceu que um terço do capital humano da Secretaria  
190 Municipal de Saúde está alocado no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti. O Complexo Hospitalar Ouro Verde  
191 deveria possuir aproximadamente mil e quinhentos funcionários, para funcionar em sua totalidade nos moldes  
192 de gestão do HMMG. Falou sobre a responsabilidade de um hospital que caminha para a própria gestão e que  
193 existem amarras legais, sendo necessária uma discussão mais aprofundada e esgotada. A Sra. Márcia Molina  
194 afirmou que a proposta não é de implementação de uma hora para outra. Solicitou que o CMS vote pela  
195 municipalização da gestão do CHOV e que a comissão trabalhe para a viabilização da transição, sendo que a  
196 comissão já possui a disponibilidade das pessoas que a assinaram, para a assessoria política e jurídica. O Sr.  
197 Pedro Humberto solicitou que, segundo a Lei 13.230: “apreciar e deliberar sobre a inclusão ou exclusão de  
198 serviços ao Sistema Municipal de Saúde, de acordo com as necessidades assistenciais da população,  
199 disponibilidade orçamentária e financeira, a partir de parecer elaborado pela Secretaria Executiva do Conselho  
200 Municipal de Saúde e pelo Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Saúde”, o parecer dos órgãos citados. O Sr.  
201 Trombetta informou que o Conselho Fiscal de Saúde não aceita a SPDM. Afirmou que o CMS deve discutir junto  
202 à gestão as políticas públicas de saúde. O Sr. Júlio César solicitou os pareceres da Comissão da Secretaria  
203 Executiva e do Conselho Fiscal de Saúde. O Sr. Nilton apontou que a proposta está vinculada à questão técnica  
204 e não à questão política. Afirmou que o CMS é soberano para discutir com ou sem o parecer dos órgãos  
205 citados. Afirmou que a proposta é a votação da gestão pública do CHOV e, posterior, a votação dos seus  
206 desdobramentos, como comissões. O Sr. Trombetta falou que a gestão nunca discutiu orçamento público com  
207 o CMS, pelo contrário, sonegou informações sobre o Complexo Hospitalar Ouro Verde, sobre prestações de  
208 contas do Fundo Municipal de Saúde. A Sra. Cristina apontou que é possível simplificar a votação, de maneira  
209 concreta. Falou que nenhum conselheiro, convidado ou participante da reunião é contra a gestão pública do  
210 CHOV. Sugeriu encaminhar a proposta da Sra. Graça de viabilizar a comissão, de composição democrática e  
211 propor legalmente os caminhos para assumir a gestão pública e direta do hospital. A Sra. Haydée falou que  
212 existe uma vontade distribuída em duas posições, sendo uma voltada à intenção de realizar a licitação para a  
213 gestão do CHOV e outra que se faça o mínimo necessário para a transição, porém que seja realizada  
214 brevemente a gestão pública do CHOV. O Sr. Trombetta solicitou ao presidente que se cumpra o Regimento  
215 Interno e que se encaminhe à votação. A Sra. Graça explicou que a instância maior de deliberação é a  
216 Conferência Municipal de Saúde e depois o Conselho Municipal de Saúde. Explicou que a proposta é a votação  
217 favorável à gestão pública do Complexo Hospitalar Ouro Verde e, posterior, à criação de uma comissão técnica.  
218 Em regime de votação nominal, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** a municipalização do Complexo  
219 Hospitalar Ouro Verde com gestão totalmente pública, por 21 (vinte e um) votos favoráveis e 08 (oito) votos  
220 contrários, votando favorável os seguintes conselheiros: Sr. André, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima, Sr.





## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



221 Waldomiro, Sra. Neli, Sra. Denise, Sra. Leonilda, Sra. Izabel, Sr. Trombetta, Sra. Ivone, Sr. José Mendes, Sra.  
222 Maria Gil, Sra. Maria Helena, Sra. Maria José, Sra. Érica, Sra. Francisca Francilete, Sr. João das Graças, Sra. Eloísa  
223 Israel, Sra. Wilma, Sr. Luís Cláudio, Sr. Edson Bueno; votaram contrário os seguintes conselheiros: Sr. Antônio  
224 Facin, Sr. Júlio César, Sr. José Augusto, Sr. José Francisco Kerr Saraiva, Sra. Maria Cecília, Sr. Salvador, Sr. Edilson  
225 Baqueiro, Sr. Simão Raskin. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** por unanimidade  
226 a criação da comissão técnica para estudos para a viabilização e implantação da municipalização da gestão do  
227 Complexo Hospitalar Ouro Verde. Em seguida, a Sra. Maria Ivonilde iniciou a apresentação da pauta: **IV.**  
228 **Apresentação e discussão da Prestação de Contas do Plano de Ação e Metas 2009 do Conselho Municipal de**  
229 **Saúde**, apontando as metas cumpridas, as não realizadas e as realizadas parcialmente. Devido à falta de  
230 quórum, a Mesa Diretora não encaminhou a votação para a prorrogação da reunião. O Sr. Pedro Humberto  
231 encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto  
232 Junior, secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ata, assinando-a juntamente  
233 com os demais presentes.